

A atualidade política do capital familiar: perspectivas etnográficas a partir de um município fluminense

Gilmara Gomes da Silva Sarmento¹

Recebido em setembro de 2022

Aceito em julho de 2024

RESUMO

O presente artigo é uma versão revisitada e atualizada das discussões realizadas na tese de doutoramento intitulada: Tem gente que só procura a gente na hora da dor": *ajuda na saúde* e produção de capital político. O retorno ao texto original e aos dados etnográficos, oportuniza refletir as contradições do universo da política a partir de outras chaves de leitura que possibilitam alargar a compreensão sobre certas representações e escolhas no âmbito da política local, refletindo sobre a relação entre o capital político familiar e o acionamento de outros recursos sociais e simbólicos que atualizam as estratégias familiares, viabilizando a reprodução desses clãs familiares na política ao longo das gerações.

Palavras-chave: política local, capital familiar, representações da política, recursos sociais

The political actuality of family capital: ethnographic perspectives from a city in Rio de Janeiro

ABSTRACT

This article is a revisited and updated version of discussions carried out in the doctoral thesis "People only come to us when they are in pain": help in health and production of political capital. The return to the original text and ethnographic data, provides an opportunity to reflect on the contradictions of the universe of politics from other reading keys that make it possible to broaden the understanding of certain representations and choices within the scope of local politics reflecting on the relationship between family political capital and the activation of other social and symbolic resources that update family strategies, enabling the reproduction of these family clans in politics over the generations.

Keywords: local politics, family capital, representations of politics, social resources

¹ Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ. Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Fronteiras - UFRR. Pesquisadora do Grupo Interdisciplinar Estudos de Fronteira (GEIFRON/UFRR) e pesquisadora colaboradora do NuAP (Núcleo de Antropologia da Política - MN/UFRJ).

Introdução

O artigo ora apresentado é uma versão revisitada e atualizada de um capítulo da tese de doutoramento “Tem gente que só procura a gente na hora da dor”: *ajuda na saúde* e produção de capital político, defendida em 2017. A pesquisa etnográfica foi realizada no município de São Francisco do Itabapoana, no extremo-norte fluminense, tendo como objeto de investigação a *ajuda na saúde* e a sua reconversão em *capital simbólico* com potencial para “fazer políticos”. A pesquisa estabeleceu como recorte temporal, o período entre 1995 (ano da emancipação municipal) e 2017 (ano de conclusão da tese), privilegiando como procedimentos metodológicos a observação participante e as entrevistas abertas com histórias de vida². Instrumentos de investigação que possibilitaram acessar acontecimentos pretéritos e do tempo presente, apreendidos durante o trabalho de campo antes, durante e após as eleições municipais de 2016, e realizar uma “descrição densa”³, uma etnografia sobre a dinâmica de conversão dos recursos sociais angariados através da *ajuda na saúde*⁴ em capital político.

A pesquisa evidenciou dentre outros aspectos, como essa modalidade de *ajuda* realizada em diferentes momentos da biografia de certos sujeitos sociais, podia inspirar candidatura futuras ou gerar convites de partidos políticos para ingressarem na disputa política municipal. Sendo assim, a *ajuda na saúde* foi se configurando como uma prática social que concorria para legitimar candidaturas outsiders (MIGUEL et al.). Para produzir candidatas (os) consideradas (os) localmente como pessoas *sem lastro na política*⁵, sem vínculos de parentesco com as duas principais famílias que ao longo de

² As entrevistas foram realizadas com pessoas comuns abordadas nos diferentes distritos do município (eleitores concretos ou em potencial) e com políticos locais (vereadores com mandatos no período estudado, ex-vereadores, candidatos às eleições em 2016 e um ex-prefeito, figura emblemática por ter chegado ao cargo pelo *trabalho na saúde* e não pelo pertencimento aos grupos políticos familiares, que monopolizam o cargo desde a emancipação municipal).

³ Tal como definida por Geertz (1978).

⁴ Categoria atribuída pelos próprios municípios para abordar o acesso aos serviços de saúde através da mediação de personalidades da política.

⁵ A expressão *sem lastro na política* foi mencionada por um ex-prefeito da comarca durante a entrevista concedida para a pesquisa para se referir a candidatos sem capital político familiar.

duas décadas vêm se revezando no executivo municipal e ocupando cargos de vereadores da cidade.

No município estudado, embora o capital político familiar tenha sido mencionado como uma vantagem importante entre os candidatos, a pesquisa revelou que o êxito político-eleitoral, entendido não só como vitória em eleições, mas também como a posse de certo prestígio político pessoal (não apenas herdado através do nome de família) dependia da maior, menor ou nenhuma predisposição dos políticos a ajudarem as pessoas em suas demandas de saúde. Nem todos os candidatos emergentes de famílias políticas ganhavam a simpatia dos eleitores pelo simples “nome de família”. O valor da herança política familiar se potencializava a partir de certos atributos vislumbrados pelos eleitores como características do próprio sujeito. Sendo a disposição para esse tipo de ajuda, um requisito relevante na trajetória dos herdeiros políticos e de políticos [re]conhecidos.

Neste artigo, abordo a relação entre representações sobre a política, escolhas eleitorais e a carreira política de pessoas envolvidas com a *ajuda na saúde*, enfatizando como o capital político familiar se atualiza através dessa prática. O artigo está dividido em três partes. Para além desta breve introdução, apresento as disputas eleitorais no município com seus arranjos e contradições. Na sequência, discuto as representações em torno das escolhas eleitorais e, por último, discuto a contradição entre as definições formais e as representações locais que dão forma e conteúdo a política como ela é e como funciona no município estudado. E finalizo com breves considerações sobre a relevância e a atualidade do capital familiar para pensar a política contemporânea e as conexões que possibilitam a reprodução de grupos familiares na política ao longo do tempo.

Disputas eleitorais e mandatos: arranjos e controvérsias

O município objeto desse estudo ganhou autonomia político-administrativa em 1995. A primeira eleição no contexto de município emancipado ocorreu em 1996 colocando em disputa apenas dois candidatos ao executivo municipal. Um *fazendeiro*

filiado ao PDT (identificado como produtor agropecuário)⁶ e um radialista filiado ao PSDB, bastante conhecido na região também por sua trajetória política precedente. Como deputado estadual teria ajudado a articular a emancipação na Assembleia Legislativa do Estado. Vantagem que lhe garantiu a vitória no pleito de 1996.

De acordo com as fontes locais, a primeira gestão administrativa do município teria sido bastante exitosa, mas no que se refere à gestão política o mandato teria sido marcado por intensas disputas com alto teor de violência resultando no assassinato de um vereador.

Além do acirramento das tensões políticas durante o seu mandato, certas qualidades pessoais do então prefeito, dentre elas o sarcasmo e falta de trato com os eleitores, foram citadas como motivação para a forte rejeição do eleitorado a sua candidatura nas eleições seguintes. De fato, o prefeito saiu derrotado do processo eleitoral em 2000, disputado com o mesmo adversário do pleito anterior.

Apesar da inexperiência política do fazendeiro⁷, cuja presença na política se dá apenas em 1996, o seu êxito eleitoral em 2000 é atribuído pelos eleitores a três fatores: ao parentesco com políticos conhecidos na região, a certas qualidades pessoais que o distinguiam do prefeito anterior e ao fato de mobilizar habilidosamente “o clima de medo” resultante das desavenças e violência na política, a favor de sua campanha eleitoral:

Lembro-me bem da campanha dele, foi uma campanha muito bonita: governo de paz. O símbolo era uma pomba, foi uma campanha das famílias. Era ele como o velhinho, o bom velhinho trazendo paz para as pessoas (funcionário municipal, em entrevista à pesquisa. Grifos meus).

O *bom velhinho*, anunciador da paz e protetor das famílias, assim representado pelos municíipes entrevistados, permaneceu por dois mandatos no comando municipal. No entanto, longe de garantir a paz prometida o político também teve um mandato conturbado e conflitivo, como rememora interlocutores:

⁶ O termo *fazendeiro* refere-se a forma como os eleitores entrevistados o localizavam socialmente e produtor agropecuário a forma como ele se autodeclarava no Superior Tribunal Eleitoral constante nos dados do candidato.

⁷ Ingressou na política formal em 1996, com 58 anos de idade, mas possuía irmãos, primos e sobrinhos que vinham ocupando cargos na vereança desde antes da emancipação eleitoral.

A política aqui era muito violenta. As pessoas atacavam umas as outras. Era vereadores da oposição ameaçados de morte. As pessoas tinham muito medo. O vereador C.A., mesmo, foi assassinado no governo de P.C. [bom velhinho], mas a gente não sabe o que motivou o assassinato dele. É claro que foi por divergências políticas, mas não se sabe. A população fica muito temerosa. (Fonte: funcionário com cargo comissionado municipal, fevereiro 2015)

O conflito político e a violência marcaram a primeira gestão deste político que terminou o mandato tendo que se defender de acusações sobre o uso eleitoral de programas sociais do governo federal. Denúncias que surgiram quando se preparava para a corrida eleitoral de 2004, buscando a reeleição. Este pleito se distingue dos pleitos anteriores e posteriores, pois pela primeira vez e uma das poucas vezes em que a disputa pelo executivo municipal não ficou polarizada entre a família do radialista e a família do fazendeiro. Naquele ano, a competição eleitoral começou com quatro candidatos⁸.

Não obstante, o período político-eleitoral daquele ano é lembrado como uma época marcada por trocas de acusações graves e muitas querelas entre os políticos concorrentes. Como um período de sérias provocações e confrontamentos entre eleitores declarados desses candidatos e da competição entre os políticos na realização de comícios grandiosos.

Ah, teve muito conflito aqui. Aqui mesmo (na localidade) teve muitos protestos de uns contra os outros... Em especial teve um entre duas (mulheres) cabos eleitorais, uma remunerada e outra por troca de favores, por causa de emprego. Quando vimos formou aquele povaréu e as pessoas baixaram muito o nível. Foi uma barbaridade! Foi das pessoas baixar a roupa pro lado das outras e mostrar bundinha e tudo. Soltaram bombinhas na casa uns dos outros. Saíram em carreata de outras localidades pra cá, teve uns 50 carros e mais motos todos com aqueles apitos que usam em época de copa. Foi um protesto planejado. Gente em cima de caminhonete, gritando....uma coisa! (Fonte: dona de casa, entrevistada em fevereiro 2015)

Em razão das campanhas eleitorais ainda não estarem devidamente reguladas “os principais candidatos gastavam vultosas quantias, contavam com grandes comícios e fretamento de diversos ônibus para transportar a população”⁹, principalmente os dois

⁸ Neste pleito concorreu o fazendeiro (prefeito da paz), o ex-prefeito radialista, um vereador (considerado o provável vencedor às eleições para prefeitura naquele ano) e um empresário *outsiders*, apontado pelos moradores como um tipo *antipático*, pouco conhecido e com pouquíssimas chances de voto.

⁹ Como observou Schottz (2005, p.117) que fazia trabalho de campo no município na época.

candidatos mais bem posicionados. Embora ambos estivessem sendo investigados e, portanto, com o futuro político a ser determinado pela justiça¹⁰.

No final desta campanha eleitoral, o *bom velhinho* conseguiu se livrar da inabilitação política e reelegeu-se para mais um mandato. No entanto, a vitória neste pleito longe de ter relação com a qualidade do mandato anterior, está associada a um conjunto de fatores, tais como: a prisão do candidato mais bem posicionado na campanha, a desistência do radialista (ex-prefeito da cidade) e a existência de uma base eleitoral, importante, formada através de relações de trocas pessoais e sustentada através do contínuo “fluxo de comunicação”¹¹ estabelecido desde sua inserção na política¹².

Os municíipes entrevistados não conseguiam verbalizar as conquistas e/ou avanços do município nos dois mandatos deste político, mas enfatizavam traços de sua personalidade como qualidades do seu governo. Curiosamente, até mesmo aqueles que se declaravam não-eleitores do político o elogiavam, como foi o caso de uma pequena comerciante durante uma entrevista.

Tenho que reconhecer que o eleitorado dele era muito fiel, mas porque ele era muito justo com o eleitorado dele. Ampara o seu eleitorado, cumpria com o que prometia fosse um emprego, o que fosse. Ao contrário do outro que fala demais e joga muita conversa fora (grifos meus).

Ao final dos dois mandatos consecutivos, divergências do político no interior do próprio partido adiou o seu objetivo de lançar a candidatura do filho e herdeiro político como sucessor nas eleições de 2008. Após os desacordos, rompeu relações com o partido apoiando a candidata adversária, que saiu derrotada nas eleições. Encerrando, assim, a administração do *bom velhinho*.

Neste cenário, emerge o *político da saúde* como o candidato forte daquela eleição. Filiado ao PMDB e tendo como vice-prefeito o herdeiro político do radialista, o

¹⁰ O candidato mais bem cotado para desbancar o prefeito da época foi denunciado à justiça no período eleitoral por um crime de assassinato, não solucionado, cometido anos antes no estado de Minas Gerais.

¹¹ Termo usado por autores da antropologia política para explicar a manutenção da comunicação entre político e eleitores que atravessam temporalidades mediadas por gestos de atenção, de cuidado e outros tipos de trocas de parte a parte (BEZERRA, 1999; HEREDIA, 2002; MARQUES & VILELA, 2002).

¹² A maioria dos entrevistados, o elogiavam por cumprir as promessas eleitorais feita às pessoas e/ou famílias no período de campanha. Distribuía dádivas: dinheiro, recursos diversos, empregos etc., entre seus correligionários.

político que antes havia sido vereador do município vence a candidata apoiada pelo *bom velhinho*.

Com os nomes mais fortes da política local fora do pleito, o vereador notabilizado no município pelo “trabalho social na saúde”¹³ ascende ao executivo municipal. A expectativa em torno do seu governo era grande em razão da imagem que construiu ao longo dos oito anos como vereador, de político comprometido com a saúde. As pessoas se referiam a ele como um político que *ajudava*. Imagem bastante prestigiosa, embora paradoxal, em um cenário em que as condições sanitárias, de saúde e os serviços públicos na área da saúde eram considerados os mais precários do município pelos moradores.

No imaginário local, o político melhoraria a área da saúde durante a sua gestão, pois converteria a *ajuda* e/ou trabalho social prestados quando vereador em políticas públicas como prometera durante a campanha eleitoral. Não obstante, a esperança em tais melhorias foram gradativamente sendo frustradas na medida em que passava o mandato e as mudanças não chegavam. De acordo com as narrativas, aumentou apenas a assistência personalizada, pois o prefeito incentivava e facilitava automóveis públicos e outros benefícios para que os vereadores aliados na Câmara Municipal pudessem atender a população¹⁴.

Na reta final do mandato, o *político da saúde* teve sua gestão interrompida por denúncias de desvio de recursos públicos da saúde que levou a Polícia Federal investigar e concluir que houve uso indevido do Fundo Nacional de Saúde, incluindo pagamentos de exames laboratoriais superfaturados à clínica privada prestadora de serviço ao município (SARMENTO, 2017).

O episódio, que se tornou um escândalo com repercussão nacional, causou indignação generalizada e decepção principalmente nos seus eleitores. O político

¹³ Apelido usado pelos municípios para se referir ao candidato Carlos Alberto de Azevedo cujo nome registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para eleição daquele ano foi *Beto da Saúde*. Seu slogan de sua campanha que remetia ao trabalho de assistência na saúde que vinha realizando nos dois mandatos anteriores como vereador da comarca (SARMENTO, 2017).

¹⁴ De acordo com as narrativas, houve época em que cada vereador tinha um veículo público e combustível a seu dispor para realizar favores, especialmente para serem usados Os automóveis usados como “ambulâncias” para transportar pessoas e/ou enfermos para atendimento médico-hospitalar em outras regiões os municípios e/ou realizar outros tipos de “favores”.

chegou a ser preso. Ao se tornar inabilitado pela justiça eleitoral, ficou fora da corrida eleitoral de 2012. Em razão disso, a disputa voltou a ficar polarizada entre dois candidatos, ambos os sucessores “naturais”, herdeiros políticos, dos ex-prefeitos adversários políticos na cidade¹⁵.

Neste pleito, o filho médico do *bom velhinho* saiu vitorioso. Além da herança política familiar e da formação médica, o político foi citado como uma pessoa atenciosa, educada e agradável. Ao passo que o oponente, tinha sido vice-prefeito do *político da saúde* e estava sendo investigado.

Para os entrevistados, o fato de um dos candidatos ser médico, gentil e prometer dar continuidade ao legado político do pai, pesou na balança eleitoral, pois mobilizou a antiga base eleitoral do ex-prefeito que o elogiava por sua atenção às relações pessoais sendo “justo com o eleitorado”.

Na época da pesquisa, o prefeito médico estava na metade do mandato e seus apoiadores diziam tê-lo votado em razão de suas qualidades pessoais e por acreditarem que sua carreira profissional, influenciaria em uma boa administração com prioridade na área da saúde. No entanto, interlocutores se queixavam do “baixo desempenho” do prefeito na gestão da saúde. Nas linhas abaixo, transcrevo trechos de diálogos em que essas expectativas e as queixas aparecem.

O prefeito devia fazer mais pela saúde, principalmente que o prefeito daqui é médico. A gente conhece ele como médico, né? Outro dia um rapaz disse: ‘ele como médico podia ter uma sala em Ponto de Cacimbas [no hospital municipal] para atender as pessoas sacrificadas’. (Fonte: funcionário público, localidade de Gargaú, agosto 2016)

O prefeito número 1 aqui foi Barbosa, agora médico só pagando. E dizem que o prefeito atual é médico, mas pra mim não é médico, nem prefeito. Ele é um moleque, está aí para tomar cerveja, pra ser prefeito tem que ter garra. (Fonte: agricultor aposentado, localidade de Gargaú, agosto 2016)

O prefeito daqui dizem que dá consulta particular em Rio das Ostras (outro município), e o nosso lugar aqui precisando, poxa! É muito educado, mas para administração é complicado. (Fonte: comerciante, localidade de Retiro, agosto 2016)

¹⁵ De um lado, o filho do deputado estadual – empresário-radialista (primeiro prefeito da cidade), do outro o filho do *bom velhinho*, o fazendeiro que comandou o município entre 2000 -2008.

Frustrados com a gestão do prefeito na área da saúde, a maioria da população elegeu a candidata adversária nas eleições de 2016. A vencedora, com uma diferença minúscula de votos, embora novata na competição eleitoral não se tratava de uma completa *outsider*, pois nora do ex-prefeito radialista/empresário e esposa do ex-vice-prefeito, respectivamente. Isto é, ligada a *facção política familiar*¹⁶ adversária, que desde a emancipação municipal vem disputando o monopólio do executivo municipal¹⁷.

Entre políticos fracos e fortes: o capital familiar e a ajuda na saúde

Ao abordar as eleições de 2016, os interlocutores da pesquisa classificavam como *políticos fracos* a maioria dos candidatos que concorriam ao cargo de vereador naquela eleição. Consideravam esses candidatos como pessoas desprovidas de *preparo*, condições intelectuais e políticas para ocupar o cargo que pleiteavam, apontando-os como de uma maioria semianalfabeta, às vezes comparando a si mesmas: “analfabetos como eu”, que, portanto, enfrentariam dificuldades para exercer as atividades formais do cargo.

Em razão disso, o capital político familiar aparecia como um recurso social importante na legitimação de carreiras políticas locais, pois no imaginário social tanto das pessoas do município, bem como aparece em outros contextos geográficos e sociais brasileiros, os sujeitos que descendem de famílias de políticos adquirem certas competências para a carreira através do aprendizado familiar (CORADINI, 2001; CANEDO, 2005; MIGUEL et al, 2015).

Sendo assim, o *nome de família*, até o período estudado, fornecia de antemão certo reconhecimento social para a entrada na competição eleitoral. Tanto os políticos, como os eleitores enfatizavam que “o nome de família conta muito”. Não obstante, este recurso social que geralmente credibiliza previamente os sujeitos, não garante uma carreira política exitosa: vitória em eleições e prestígio político, caso o sujeito não

¹⁶ A expressão está sendo usada no sentido empregado por Palmeira e Heredia (2005), para designar grupos de parentesco que se perpetuam no âmbito da política. Cabe lembrar que nem sempre esses grupos são coesos, pois sofrem às vezes rupturas e/ou participam de partidos diferentes, mas ainda assim geralmente usufruem do nome da família como capital simbólico e político.

¹⁷ Esta candidata concorreu com o político médico novamente nas eleições de 2020 e saiu vitoriosa.

apresente outros requisitos considerados fundamentais para os políticos no município: a *simpatia* e a *disposição para ajudar*. Para os municípios, essas qualidades são intrínsecas aos sujeitos que têm vocação para a política.

Sendo assim, nem sempre os escolhidos dentro de certos grupos de parentesco para concorrer as vagas no município, saíam exitosos da corrida eleitoral e/ou conseguiam se afirmar como político reconhecido apenas por ser parente e/ou herdeiros de políticos pioneiros e/ou politicamente bem-sucedidos. Uma variedade de exemplos narrados pelos interlocutores, dá conta de políticos prestigiados que não conseguiram eleger os filhos, embora fizessem várias tentativas. Bem como de herdeiros de certos nomes que ascenderam ao cargo em uma eleição, mas não conseguiram se afirmar politicamente por falta de outros atributos.

Além disso, é importante ressaltar que boa parte dos pioneiros bem-sucedidos dos grupos familiares, fizeram o próprio nome ajudando as pessoas em suas demandas de saúde, pois conforme os interlocutores a saúde é a “área a mais castigada do município”, situação que se arrasta desde o período anterior a emancipação municipal (SARMENTO, 2017).

A precariedade dos serviços de saúde locais e dos modos de encaminhar as demandas para fora do município pela via formal/municipal, converte os diferentes tipos de ajuda para o acesso aos serviços médicos, hospitalares, fúnebres, dentre outros, um modo possível, vislumbrado pelos moradores locais, para solucionarem seus dramas de saúde, doença e/ou morte.

Desse modo, a disposição e o privilégio de *ajudar* outras pessoas, de modo especial nas questões mencionadas, confere prestígio social e produz dívidas morais, que podem ser convertidas em capital político em momento oportuno, conforme mostrou a pesquisa. Ter uma reputação associada a *ajuda na saúde* pode projetar candidaturas inclusive de sujeitos sem o auspício do nome de família. Em razão disso, os grupos políticos familiares lançam mão desse recurso para atualizar o capital familiar.

Os políticos entrevistados, ligados às linhagens políticas locais, enfatizavam a importância do aprendizado familiar em torno da ajuda: “eu cresci vendo papai ajudar as pessoas”, revelou um vereador do mandato 2013-2017. “Quando eu trato eu cumpro. Se eu puder resolver, eu resolvo. Meu pai ensinou que um não bem dado é melhor que

um sim não resolvido”, asseverou um ex-vereador que teve vários mandatos no município.

Esta lógica sugere que se o parentesco é uma potência que alavanca apoio e votos, especialmente para os estreantes na política, mas que a reeleição depende da demonstração de outras qualidades, dentre elas a capacidade de *ajudar as pessoas*. Seja pelas vias formais – por meio da gestão, dos projetos de lei, da angariação de recursos federais/estaduais para o município, seja informalmente atendendo as solicitações personalizadas.

A candidatura dos herdeiros políticos dos pioneiros das duas famílias que se rivalizam na competição pelo monopólio da administração municipal desde a emancipação, foi recebida com naturalidade pelos municíipes nas eleições 2012. De um lado, o candidato empresário, do outro o candidato médico, filhos de dois ex-prefeitos e adversário políticos da cidade. Neste pleito, as vantagens eleitorais recaíram sobre o candidato considerado mais simpático, mais atencioso e médico, que prometeu dar continuidade ao legado do pai, conhecido por ajudar o eleitorado. De acordo com as fontes locais, o parentesco, a profissão e os atributos pessoais geraram a expectativa de que o político *ajudaria* a população nas questões de saúde e/ou melhoraria os serviços de saúde ofertados pelo município¹⁸. Porém, ao sentirem suas expectativas frustradas no final do mandato, elegeram a candidata do grupo opositor em 2016.

No que se refere ao cargo de vereador, a pesquisa revelou que os políticos com maior número de mandatos e que receberam a maior quantidade de votos nas eleições de 2012 e de 2016 estavam associados à *ajuda na saúde*. Dentre eles, quatro vereadores ligados a famílias políticas, cuja reprodução na política municipal guardava relação tanto com o parentesco, como com o envolvimento ativo desses políticos na prática da *ajuda na saúde*. Fenômeno que sinaliza para o fato de que as estratégias políticas familiares passam, também, pelo acionamento de outros recursos e/ou requisitos localmente valorizados.

¹⁸ Vitória atribuída a decepção generalizada com o prefeito do outro clã político, que apesar de médico não preencheu a expectativa dos moradores, nem em termos de melhorias da saúde municipal, nem em termos de relações personalizadas, pois para muitos eleitores, ele como médico deveria fazer trabalho social na área, dar consultas grátis no município, dentre outras ações.

Chaves de leitura sobre a *ajuda na saúde* como requisito para as escolhas eleitorais

É difícil observar o perfil dos candidatos eleitos e as escolhas eleitorais realizadas pelos eleitores do município, cuja maioria da população é caracterizada como “pobre”, sem cair na armadilha bastante comum de culpabilizar esses sujeitos votantes por suas escolhas eleitorais supostamente más, “pouco consciente” e/ou “alienada” (FARIAS, 2000; AYUERO, 2004; FONSECA, 2014).

Práticas políticas como a *ajuda na saúde*, tal como a praticada no município, que pode ser interpretada como uma forma de clientelismo político não podem ser analisadas a partir da acusação moral dos pobres, como uma “política dos pobres” (AYUERO, 2001), pois esse tipo de abordagem tende a naturalizar os “pobres” como obstáculo para a inovação política e/ou para o avanço e consolidação da política democrática e pouco contribui para problematizar as condições de pobreza e/ou as carências que são mantidas em contextos de capitalismo neoliberal como forma de manipulação política.

Certa vez, um filósofo e escritor espanhol ao opinar sobre o avanço das direitas em uma entrevista, respondeu ao entrevistador: as pessoas não votam em partidos que advogam contra si porque são loucas ou por qualquer outra razão, mas porque existem poderosos e difusos modos de manipulação política. Ou seja, as pessoas não são “alienadas” porque são pobres, mas podem ser profundamente afetadas por esses mecanismos de manipulação que precisam ser desmascarados, desnaturalizados.

Demo (2006, p 2-4) pondera que explicações sobre as relações clientelistas e a corrupção política através da ótica da alienação política dos pobres tende a mascarar o esquema moral de uma elite usurpadora que governa e imbeciliza de alto a baixo subtraindo, monopolizando e concentrando todos os recursos e privilégios, especialmente os econômicos e sociais. E assinala: “hoje sabemos melhor: a violência que vem da pobreza nem de longe é tão virulenta como aquela que surge da elite, porque esta rouba de tudo, desde merenda, bolsa família, até terras e dinheiro públicos”.

Ponto de vista comungado por outros autores, que chamam à atenção para a falta de debate sobre o papel da classe média e das elites na formação e na sustentação

de governos (políticos) nocivos, bem como a pouca ênfase em estudos que mostram o tema do intercâmbio dessas classes com a política, como estas movimentam benefícios econômicos estrondosos com impactos vultosos sobre os bens públicos (FARIAS, 2004; FONSECA, 2014).

Ayuero (2011) sinaliza que os estudos sobre corrupção eleitoral e/ou clientelismo na América-Latina, em grande medida, tem contribuído para reforçar uma imagem estigmatizante, estereotipada, dos grupos pauperizados. Partindo desta ótica, evoca a pensar as relações no campo da política sob outras chaves, incluindo a busca pela compreensão dos próprios atores sociais sobre esses fenômenos através de estudos empíricos que possam problematizá-los de forma contextualizada onde a “ação está” (GOFFMAN Apud AYUERO, 2011).

Isso significa que é preciso partir do princípio que a política não é um fenômeno dado ou natural, mas uma construção sócio-histórica, cuja apreensão depende da compreensão acerca dos sentidos que os próprios sujeitos sociais lhe conferem no tempo-espacô (BOURDIEU, 1989; OFFERLÈ, 2005).

No âmbito do estudo realizado, a noção de *espera* me parece uma categoria epistemológica bastante frutífera para entender as práticas de ajuda personalizada na política local. A visão negativa atribuída à política pelos meus interlocutores, resultante da decepção com os políticos que ao longo da história do município vêm frustrando as expectativas da população majoritariamente empobrecida que anseia pelo acesso a uma vida digna e a bons serviços de saúde, educação, sanitários, dentre outros, se agrava diante de um sistema midiático, que controlado por grupos interessados na manipulação política a demoniza. Sendo assim, diante das experiências frustradas pela perpetuação de uma vida precária, mandato pós-mandato, e do bombardeamento da mídia no sentido mencionado, as promessas pessoais de certas personalidades acabam sendo vislumbradas como meio de acessar alguns bens ou serviços que em realidade deveriam ser garantidos através dos direitos.

Como assevera Ayuero (2011, p. 147), os grupos excluídos e/ou vulnerabilizados, sem nenhum controle sobre os acontecimentos, às vezes orientados e manipulados por agentes poderosos, estão constantemente submetidos à *espera*. Às vezes esperançosa, às vezes resignada, seguida de frustração. Os relatos fornecidos pelos interlocutores da

pesquisa, maioria deles trabalhadores rurais e empregados nos comércios, estavam permeados por narrativas de *espera*. Vivenciada como desasco e mediada por sentimentos de humilhação¹⁹ quando interagiam com as instituições públicas e seus agentes em busca de serviços médicos e/ou de saúde. Espera que em alguns casos terminava “graças” a mediação de algum político “benfeitor”, que em razão disso angariava alto prestígio no interior de determinadas coletividades (famílias e/ou comunidades) se reproduzindo na política por várias eleições (SARMENTO, 2017)

Considerações finais: permanência dos grupos familiares na política e as mudanças ao longo do tempo

Diversos estudos têm demonstrado que o parentesco consanguíneo ou por afinidade, quando associado a grupos familiares com sobrenome de prestígio na política, tende a ser uma via praticamente segura de legitimação política, especialmente quando se trata de primeira candidatura. E é ainda mais central quando se trata de candidatura de mulheres (MIGUEL el al, 2015). Tendência que se observa no município cuja representatividade feminina na política tem sido muito baixa. As poucas mulheres que conseguiram ocupar e/ou ocupam uma cadeira, apenas três desde a emancipação, duas delas possuem esses vínculos familiares.

A questão da presença de clãs/famílias na política, se atualiza no tempo-espacó tendo em vista que apesar das transformações nas diferentes dimensões da vida, especialmente aquelas trazidas pelas tecnologias, não tem afetado esses arranjos familiares. Ao contrário, tem mediado a visibilidade política desses grupos, que ao longo tempo vem controlando os meios de comunicação e, atualmente, vão expandindo sua influência também através da internet e das redes sociais²⁰.

Outro fator que não pode ser desprezado é o fato de que o prestígio inicial que viabiliza o êxito eleitoral dos “pioneiros” políticos do grupo familiar, muitas vezes vêm

¹⁹Vidal (2003) narra amplamente esses sentimentos de humilhação vivenciados cotidianamente por grupos pobres e periféricos como resultado de seu estudo sobre a experiência de cidadania com moradores de *favelas* no Rio de Janeiro e Recife.

²⁰Alguns desses clãs são proprietários de rádio e ou de rede locais de televisão. No município um dos clãs está associado a rádio, blogs, etc.

desse poder que exercem de antemão no campo das telecomunicações ou no domínio da propriedade da terra que possibilitam influenciar determinados grupos sociais. Este último, mais visível no nível local e/ou em regiões menos urbanizadas (mais rurais) do que em contextos urbanos, mas a depender do contexto esses dois domínios podem estar imbricados.

Cabe lembrar que o prestígio dessas famílias tende a ser antes de tudo econômico. O que possibilita as novas gerações acumularem outros capitais não-familiares, como uma formação em carreiras prestigiadas, como a médica, por exemplo, que articulada ao sobrenome exerce grande influência no imaginário dos eleitores²¹, especialmente em contextos como o do município em que a saúde está precarizada²².

Embora possamos relacionar *ajuda na saúde* promovida pelos políticos como uma forma de manipulação política, não podemos ignorar que o “eleitor não é bobo”, conforme mencionou um vendedor de picolés sobre o político que o ajudou a conseguir uma cirurgia para o pai (SARMENTO, 2017). Ou seja, apesar das distintas formas de manipulação política levada a cabo por diferentes meios, e não só presentes em certas estratégias eleitorais, as pessoas comuns observam, interpretam e agenciam os acontecimentos a seu redor. Quando lançam mão de certos expedientes ou intercâmbios com políticos, vistos como pouco republicanos, nem sempre significa que são “alienadas” ou vítimas ingênuas frente às investidas desses sujeitos, mas apenas que essas transações possibilitam acessar a serviços e/ou resolver suas necessidades que deveriam ser supridas através do acesso aos direitos, que muitas vezes lhes são negados ou apenas acessados precariamente.

A manutenção de vidas precárias, com pouco acesso aos direitos, tem caracterizado a política no município. No entanto, se por um lado essa estratégia de dominação venha possibilitando a reprodução e atualização política de determinadas

²¹ Canedo (2005), observou no interior de Minas Gerais, que os dois principais representantes das facções que disputam o poder político no município, fizeram carreira como médicos, mas um deles obteve vantagem sobre o outro pois além do prestígio associado à profissão descendia de uma importante família de políticos.

²² Foi possível observar que a maioria dos políticos da facção familiar cujos precursores estão ligados à terra tinham formação médica ou odontológica. Este grupo esteve 12 anos na gestão municipal (metade do tempo contados após a emancipação) e elegeu vários vereadores. Do outro lado, o grupo ligado ao ramo das comunicações. Grupo que está também no terceiro mandato à frente da prefeitura.

redes de parentes e/ou de políticos empenhados em realizar favores, por outro, a pesquisa mostrou que os desfechos político-eleitorais podem ser imprevisíveis e complexos, pois o êxito na política depende de como esses políticos mobilizam *nome de família, simpatia e a disposição para ajudar*. Durante o curso da corrida política em 2016, foi possível observar candidato com importante capital familiar e candidato convicto de possuir votos suficientes para se eleger, com base nos favores prestados, ser derrotado nas eleições e ganhar um número ínfimo de votos, respectivamente.

Esses fatos demostram a relevância dos trabalhos empíricos sobre a temática, pois permitem dar maior inteligibilidade aos variados aspectos que concorrem para prestigiar o *nome de família*, mostrando como os grupos familiares se atualizam mobilizando outros recursos para além do capital político familiar que viabilizam a perpetuação do nome.

Referências

- AUYERO, Javier. **La política de los pobres: Las prácticas clientelistas del peronismo.** Buenos Aires: ediciones Manantial, 2001.
- AUYERO, Javier. **Los límites reales del clientelismo.** *El País* [Argentina]. 8 ago. 2004. Disponível em <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-39331-2004-08-08.html>.
- AUYERO, J. Vidas e Política das Pessoas Pobres - as coisas que um etnógrafo político sabe (e não sabe) após 15 anos de trabalho de campo. **Sociologias**, v. 13, n. 28, 2011.
- BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das “bases”.** Política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1989.
- DEMO, Pedro. **Pobreza Política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira.** Campinas-SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.
- CANEDO, Letícia Bicalho. Ritos, símbolo e alegorias no exercício profissional da política. In: CANEDO, Letícia Bicalho (org.). **O sufrágio universal e a invenção democrática.** São Paulo: Estação Liberdade, 2005.
- CORADINI, Odacir Luiz. **Em nome de quem? Recursos Sociais no Recrutamento de Elites Políticas.** Rio de Janeiro: Relumé Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2001.

CORADINI, Odacir Luiz. Relações profissionais e disputas eleitorais. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César (orgs). **Política no Brasil: visões de antropólogos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2006.

DEMO, Pedro. **Pobreza Política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira**. Campinas-SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

FARIAS, Francisco Pereira de. Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 15, nov. 2000.

FONSECA, Francisco. A corrupção como fenômeno político. **Le Monde Diplomatique**, 2014. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=998>>.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HEREDIA, Beatriz M. A. Entre duas eleições. Relação político-eleitor. In: BARREIRA, Irly; HEREDIA, Beatriz; TEXEIRA, Carla Costa (orgs). **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

MARQUES, Ana Cláudia; VILELA, Jorge M. Sobre a circulação de recursos nas eleições municipais no sertão de Pernambuco. In: BARREIRA, Irly; HEREDIA, Beatriz; TEXEIRA, Carla Costa (orgs). **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, p. 721-747, 2015.

OFFERLÉ, Michel. A nacionalização da cidadania cívica. In: CANEDO, Letícia Bicalho (org.). **O sufrágio universal e a invenção democrática**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. Capitalismo e política: um paradoxo letal. In: NOVAES, Adauto (org.). **O esquecimento da política**. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

PALMEIRA, Moacir. Política, Facções e voto. In: GOLDMAN, Marcio; PALMEIRA, Moacir (orgs). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. **Política ambígua**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: NUAP, 2010.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. O voto como adesão. In: CANÊDO, Letícia Bicalho (org.). **O sufrágio universal. E a invenção democrática**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

SARMENTO, Gilmara G. S. “Até que a morte nos separe”: um estudo sobre os rituais matrimoniais e funerários numa comunidade rural fluminense. Dissertação de mestrado: CPDA/UFRRJ, 2006.

Sarmento, Gilmara G.S. “Tem gente que só procura a gente na hora da dor”: ajuda na saúde e produção de capital político. Tese de doutorado, CPDA/ UFRRJ, 2017.

SCHOTTZ, Vanessa. **Programa Bolsa Família: dilemas e avanços no combate à fome e à miséria. Um estudo de caso do município de São Francisco de Itabapoana - RJ.** Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Osvaldo Cruz, 2005.

VIDAL, Dominique. A linguagem do respeito: a experiência brasileira e o sentido da cidadania nas democracias modernas. **Dados.** Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 265-287, 2003.